

06/18

CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DAS ANÁLISES DE ÁGUA PREVISTAS NO PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA

No dia vinte e seis, do mês de Março, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Vice-Presidente da Câmara, **António Guilherme Forte Leres Pires**

SEGUNDO:

Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. com sede no Edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 5340-218 Macedo de Cavaleiros, NIF e matrícula 503 271 985, da conservatória do Registo Comercial de Macedo de Cavaleiros neste ato legalmente representado por **Francisco José Pereira**
Morais, e **João Pedro**
Faria Feliciano,

qualidade e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sitio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objecto a Execução das Análises de Água Previstas no Programa de Controle de Qualidade da Água, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 20 de Março de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 08 de Março de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O contrato mantém-se em vigor desde a sua celebração até à data de 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Vinte e sete mil, quinhentos e noventa e um euros e dezassets cêntimos (27.591,16€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão

de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Enquadramento orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0300/02022002, Ação 1/05, conforme proposta de cabimento n.º 495, compromisso n.º 491 e requisição externa de despesa n.º 236.

Cláusula 10.ª

Gestor do Contrato

O gestor do presente contrato é o Eng.º Óscar Lucas, Chefe de Divisão de Gestão e Administração do Território.

Cláusula 11.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 08 de Março de 2018.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 - Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Chaves em 23 de Março de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 23 de Março de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

3 - Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;

4 - Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

